

ESTUDO DOS RESULTADOS SOCIOECONÔMICOS DO PAA PARA A REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS NO ASSENTAMENTO FACÃO- CÁCERES/MT

José Antonio Lopes da Silva Junior¹
Rosemeire Aparecida de Almeida²

Resumo: O texto discute os resultados socioeconômicos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas no projeto de reforma agrária Facão, Cáceres/MT. O interesse em pesquisar a reprodução social destas famílias se justifica pelo desempenho econômico exitoso da Associação de Agricultores e Agricultoras Familiares Natureza Viva e da Associação Amigas do Cerrado que, no ano de 2011, alcançaram um total de vendas ao PAA de R\$ 143.140,00. O PAA é um programa do governo federal, criado em 2003, que atende uma antiga reivindicação dos movimentos sociais do campo no tocante a necessidade de mercados institucionais voltados para a aquisição da produção da agricultura familiar. A metodologia de pesquisa baseou-se em questionários estruturados e semi-estruturados, os primeiros objetivaram levantar o nível de renda, diversificação da produção e incorporação de tecnologia. Os semi-estruturados (entrevistas) apreender a percepção das famílias acerca das condições de alimentação, saúde, lazer, educação, poder de compra e perspectivas de futuro. O apontamento conclusivo da pesquisa é que o PAA tem sido fundamental para a geração de renda no assentamento.

Palavras-chave: Mato Grosso; PAA; reforma agrária; associativismo; qualidade de vida.

STUDY OF THE SOCIAL ECONOMIC RESULTS OF PAA TO THE SOCIAL REPRODUCTION OF FAMILIES IN THE SETTLEMENT FACÃO – CÁCERES/MT

Abstract: the text discusses the socioeconomic results of the Food Acquisition Program (PAA) to the life quality improvement of settled families in the agrarian reform project Facão, Cáceres MT. The search interest in the social reproduction of these families is justified by the successful economic development of Agriculturist Association, in the year of 2011, which reached a total sale to PAA of R\$ 143.140,00. PAA is a program of the federal government, created in 2003, which caters to an old claim of the country social movements on what matters to the need of institutional

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas e Professor da Educação Básica na Escola Estadual João Magiano Pinto, em Três Lagoas/MS – juca_oratres@hotmail.com

² Profa. Dra. no curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas - rosemeire.almeida@ufms.br

Estudos Geográficos, Rio Claro, 12(2): 145-158, jul./dez. 2014 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

markets turned to the family agriculture production acquisition. The survey methodology is based on structured and semi-structured questionnaires, the first ones aimed to raise the income levels, crop diversification and technology incorporation. The semi-structured (interviews) to grasp the families' perceptions of feeding conditions, health, leisure, education, purchasing power and future perspectives. The conclusive point of the survey is that PAA has been fundamental to the income generation into the settlement.

Keywords: Mato Grosso; PAA; agrarian reform, social activism, life quality.

INTRODUÇÃO

A conquista dos assentamentos no Brasil tem gerado um instigante ambiente de pesquisa que autores como Almeida (2007), Fernandes (2008), Fabrini (2010), Marques (2008) e Oliveira (2003) caracterizam como sendo de luta para permanecer na terra.

Tendo em vista que o atual modo de produção capitalista é dominante no campo, por meio de seu modelo conhecido como agronegócio - que exacerba a concentração de terras nas mãos de poucos, é que se desnuda a importância da reforma agrária no Brasil como forma de democratizar o acesso à terra no necessário contraponto ao agronegócio.

A história tem evidenciado que, mesmo com todas as mazelas vivenciadas no dia-a-dia da pequena unidade de produção, verifica-se que a mesma tem respondido aos poucos investimentos governamentais. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2009), a pequena unidade camponesa (até 200 ha) responde pela maior parte dos empregos no campo e pela produção de alimentos básicos para consumo interno. Além disso, verifica-se que as grandes propriedades, que recebem a maioria dos créditos rurais, estão voltadas à produção de mercadorias que permitem retorno garantido, em especial aquelas que têm importância no mercado global. Alia-se a isso, um grupo poderoso que controla a terra com fins especulativos, leia-se, de poder. Por outro lado, as pequenas unidades utilizam a agricultura familiar para a produção de alimentos básicos, como o arroz, feijão e mandioca, que servem para autoconsumo e para abastecer o mercado interno. (ALMEIDA; KUDLAVICZ, 2011)

Por isso que os movimentos sociais que lutam por terra têm insistido fortemente por melhor redistribuição de terras e por políticas sociais mais atuantes que garantam a manutenção e permanência do homem no campo. Em síntese, podemos afirmar que a agricultura brasileira convive com dois segmentos: os grandes proprietários que buscam políticas públicas que viabilizem ainda mais o incentivo às monoculturas do agronegócio de mercadorias que, na maioria das vezes, são exportadas sem gerar renda local e consumo social. E os pequenos proprietários, que produzem o alimento básico da mesa do brasileiro, estes últimos têm poucos incentivos financeiros que permitam promover melhor qualidade de vida e produção de alimentos para comercialização.

Interessante destacar que essa lógica de produzir alimentos se inscreve no modo de vida do camponês, pois este quando consegue um lote vê naquele pedaço

de terra seu futuro, seu sustento. Para os camponeses a terra simboliza a realização do sonho da fartura e autonomia (ALMEIDA, 2007). Essa fartura não é apenas de alimento, uma vez que para os camponeses a comida tem diferenciados significados como solidariedade e delimitação do papel do pai na família:

[...] Logo, comida é mais que comida como alimento, na verdade, sua representação social está diretamente ligada ao papel do pai na família e, portanto, à hierarquia. Por outro lado, comida é fartura quando se tem para comer e para oferecer aos amigos, assim, é pela comida que necessariamente passam os laços de solidariedade (ALMEIDA, 2007, p.11).

A fartura tem relação também com a transformação do lote em sítio, lugar da vida e do trabalho na terra, lugar onde as famílias vivem com simplicidade, mas felizes. Assim, para que esse encontro da terra com o homem se transforme em desenvolvimento e consolidação do assentamento há também a necessidade da produção de excedentes para serem comercializados, a fim de gerar renda monetária para as famílias.

Vale ressaltar que não consideramos o modo de vida camponês como classe do capitalismo, pois o camponês é, ao mesmo tempo, proprietário da terra e trabalhador, e, sobretudo, um trabalhador que não vive de salário porque o trabalho a ele pertence. (ALMEIDA, 2007, p.98). Nessa mesma linha, consideramos que o camponês não vive de renda fundiária, uma vez que apenas uma parte da produção do seu trabalho, o excedente, é comercializada. Todavia, a comercialização da produção da agricultura familiar no Brasil sempre foi marcada pela falta de uma política agrícola que assegurasse segurança e soberania alimentar, ou seja, uma forma de garantia de preço justo para quem produz alimentos abundantes e de qualidade para quem precisa. Situação contraditória porque o governo federal reconhece, por meio de suas publicações, que a agricultura familiar é quem produz a maioria dos alimentos de consumo popular no Brasil. Portanto, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, acabou se tornando uma importante política de comercialização a contribuir para a superação da crise econômica que afeta a agricultura familiar.

Deste modo, no presente trabalho busca-se analisar os resultados socioeconômicos do PAA para as famílias que fazem parte da Associação de Agricultores e Agricultoras Familiar do Assentamento Facão, em Cáceres/MT.

METODOLOGIA

A pesquisa baseou-se em duas abordagens: a primeira dedicada à construção do referencial teórico-metodológico baseado em Almeida (2006), Bergamasco (2004), Fernandes (2008), Fabrini (2010), Marques (2008), entre outros que estudam o modo de vida camponês; e em trabalhos, dissertações e teses referentes à temática em estudo, também foi realizada consultas em páginas dos órgãos públicos como o MDA e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). A segunda abordagem refere-se a aplicação de questionários estruturados e semi-estruturados junto às famílias que compõem a Associação de Agricultores e Agricultoras Familiares Natureza Viva, da Furna Flor do Ipê, e a Associação Amigas do Cerrado, da Furna São José.

Os objetivos foram traçados a fim de estudar os impactos socioeconômicos do PAA na vida das famílias das Associações, ou seja, buscou-se entender se o PAA contribui (ou não) para a manutenção e permanência na terra conquistada.

Os questionários estruturados objetivaram levantar o nível de renda, diversificação da produção e incorporação de tecnologia. Os semi-estruturados (entrevistas) visaram colher dados sobre a percepção das famílias acerca das condições de alimentação, de saúde, de lazer, de educação, do poder de compra e das perspectivas de futuro, anteriores e posteriores à formação das Associações, e participação no PAA. O critério definido para a escolha das famílias pesquisadas foi aleatório e dependeu da disponibilidade das mesmas no período de aplicação dos questionários. O assentamento Facão é composto por 169 famílias e é dividido em 3 furnas. As associações pesquisadas foram “Natureza viva”, composta por 40 famílias, sendo que destas 96% participam do PAA – e sete famílias foram entrevistadas. A associação “Amigas do cerrado” é composta por 7 famílias - 6 famílias foram entrevistadas.

Destaca-se também que este artigo é fruto de uma investigação de Iniciação Científica que, por sua vez, se insere em um estudo mais amplo financiado pela Rede Pro-Centro-Oeste, Pesquisa e Inovação CNPq/MCT/FAP's/Capes/FNDCT, intitulado: “Questão Agrária e transformações socioterritoriais nas microrregiões do Alto Pantanal e Tangará da Serra/MT na última década censitária”.

CONQUISTA DE ASSENTAMENTOS E O PAA: O ENLACE DA TERRA COM A PRODUÇÃO

Atualmente, Mato Grosso se destaca na pecuária bovina e na produção de soja, milho e algodão. Todavia, este modo capitalista de produzir no campo não é único e muito menos harmônico, pelo contrário, é contraditório e gera conflitos na luta pela terra como, por exemplo, o embate com os povos indígenas e trabalhadores sem terra.

A este processo capitalista, que coloca barreiras para as formas de reprodução camponesa, contradição característica do capitalismo, os camponeses têm resistido criando diversas formas de assegurar a sua reprodução familiar. Dentre estas formas de resistência, a comercialização da produção familiar é sem dúvida uma das mais importantes. Porém, faltava uma política pública de Estado que favorecesse a produção e venda de alimentos, ou seja, havia a necessidade de uma política agrícola que contribuísse para a comercialização da produção camponesa.

Nesse sentido, entendemos que a conquista da terra, via assentamentos, e a criação do PAA, são políticas estratégicas sob dois aspectos fundamentais, quais sejam: por um lado, viabiliza o acesso e permanência dos camponeses na terra e, por outro, contribui para o enlace rural-urbano por meio dos programas sociais voltados para as pessoas carentes das periferias urbanas.

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

Criado em 2003 pelo governo federal, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) acabou por contemplar reivindicações dos movimentos sociais do campo no tocante a efetivação de uma política pública de comercialização que ajudasse na superação da crise econômica da agricultura familiar. Suas diretrizes buscam garantir a manutenção de estoques reguladores estratégicos a fim de impedir desabastecimento no país. Porém, seu objetivo mais importante é garantir o acesso a alimentos em quantidades necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da compra de alimentos da agricultura familiar e doação simultânea.

O Programa de Aquisição de Alimentos é desenvolvido com recursos do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA. Neste sentido, o PAA visa:

Promover a articulação entre a produção da agricultura familiar e a destinação desta produção, visando o desenvolvimento da economia local e o atendimento direto às demandas de suplementação alimentar e nutricional dos programas sociais locais (MDS/MDA, 2004, p.4).

Como os assentados fazem parte do público da Lei 11.326 (de 26 de julho de 2006) que criou a agricultura familiar no Brasil, o PAA ao se dirigir a este público favorece a aquisição de alimentos dos beneficiários da reforma agrária através de chamadas públicas e a preços compatíveis aos mercados regionais. A compra na modalidade doação é destinada a entidades envolvidas em ações de alimentação, por exemplo: equipamentos públicos de alimentação e nutrição que envolve restaurantes populares; cozinhas comunitárias e bancos de alimentos e cestas para famílias em situação de vulnerabilidade social.

O pagamento será efetuado mensalmente, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do recebimento da documentação, devendo o Produtor/Fornecedor indicar a instituição bancária, o número da conta corrente e da agência, para o recebimento do valor referente à venda do produto. Na eventual inexistência de conta bancária, o beneficiário deverá dirigir-se a qualquer agência do Banco do Brasil S/A, de posse do CPF e dos documentos oficiais de identificação para o recebimento do pagamento devido (MDS/MDA, 2004, p. 5).

Quanto aos resultados, o ponto mais importante é que a compra dos alimentos, por parte do Estado, propicia pagamento melhor e distribuição da renda entre as famílias das associações. Antes a comercialização dos produtos da agricultura familiar sempre foi realizada pelo capital industrial e comercial, isso a preços muito baixos para abastecer de matéria-prima as indústrias.

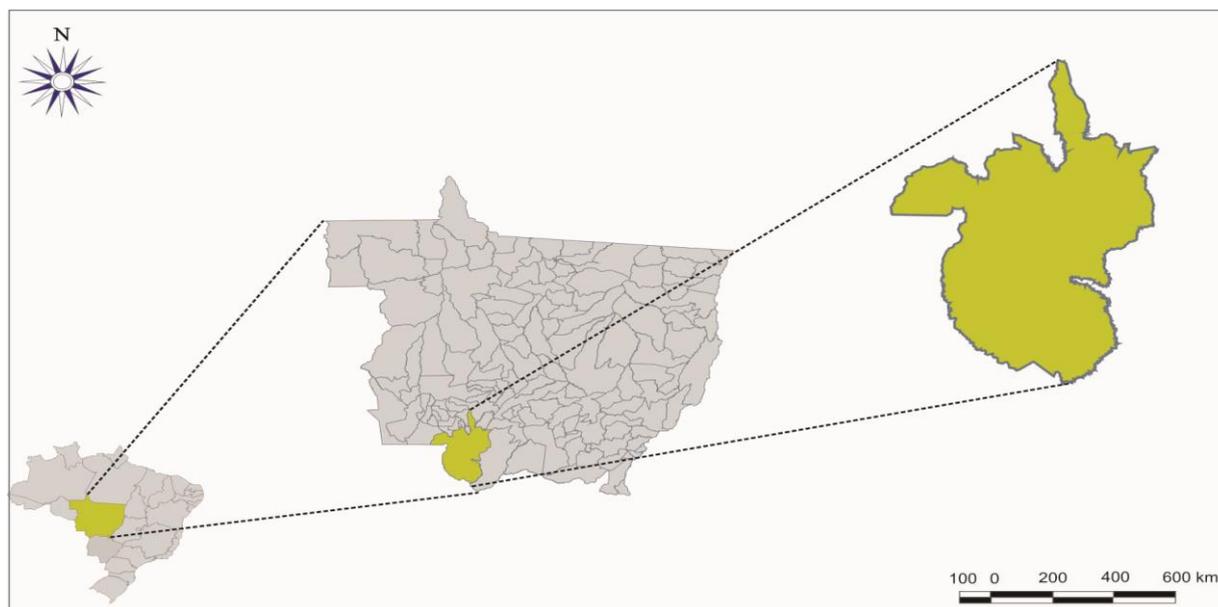
Além disso, o PAA também tem trazido benefícios para a manutenção da qualidade dos produtos, melhorando inclusive a produção para o autoconsumo e, conseqüentemente, a saúde da própria família agricultora.

O interesse em estudar estas Associações se justifica pelo reconhecido desempenho econômico das mesmas junto ao PAA, ou seja, no site da Conab os números revelam que houve geração de renda. Portanto, nosso interesse é investigar se essa renda monetária se converteu em qualidade de vida para as famílias assentadas que participam deste programa.

A CONQUISTA DO ASSENTAMENTO FACÃO

O assentamento Facão foi conquistado em 2001, possui uma área de 4.782 ha, localizado a 10 quilômetros do município de Cáceres-MT, à margem direita da Rodovia Federal BR 070.

Figura 1 – Localização do município de Cáceres-MT



Org.: DIAS, F. C., 2013.

De acordo com o INCRA, o Projeto de Assentamento Facão é composto por 169 famílias, sendo constituído por três comunidades/furnas, a saber: Bom Jardim, São José e Boa Esperança.

A história do assentamento teve início, em 1997, quando a Sra. Ana Pedrosa da Silva - pessoa não diretamente ligada aos movimentos sociais acampou com um grupo de pessoas à margem direita da BR 070, próxima à cachoeira Facão no sentido Cáceres–Cuiabá. Esta foi a primeira ação de conquista da terra, porém sem sucesso. Uma nova tentativa foi realizada mudando o acampamento para o lado esquerdo da BR 070. Neste local permaneceram até o reconhecimento do INCRA que ocorreu, efetivamente, a partir de 2001 com a criação do projeto de assentamento Facão. (ROCHA, 2010, p. 12)

Desde 2007, as duas Associações do Assentamento Facão participam do Programa de Aquisição de Alimentos, na Modalidade Doação Simultânea. Um delas, sem fins lucrativos, Associação de Agricultores e Agricultoras Familiares Natureza Viva, da Furna Flor do Ipê, é formada por 40 famílias agricultoras do Assentamento Facão.

O grupo possui uma horta comunitária de onde são colhidas hortaliças produzidas em sistema orgânico, visando o bem estar social e a preservação ambiental. Os bons resultados do convênio com o PAA, firmado via CPR-Doação, serviram de estímulo para que aumentasse o número de participantes que fazem a

Estudos Geográficos, Rio Claro, 12(2): 145-158, jul./dez. 2014 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

entrega de produtos para o programa. Em 2008, as doações foram para o Hospital Bom Samaritano, para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), para o Centro Educacional Cenecista 1º de Maio (CNEC) e para as escolas municipais Dom Máximo Vienes e Izabel Campos (MDA, 2009, p. 18).

O PAA NO ASSENTAMENTO FACÃO

Como dito anteriormente, desde 2007 as Associações do Assentamento Facão participam do PAA. O primeiro grupo a aderir foi a Associação de Agricultores e Agricultoras Familiares Natureza Viva, da Furna Flor do Ipê. O grupo foi criado no ano de 2006, sendo composto por 40 associados - 96% destas famílias vendem para o programa.

No ano comercial de 2012, o volume das vendas desta Associação atingiu o valor de R\$ 206.318, com uma renda média de R\$ 650,00 reais mensais por família, o que tem instigado muito outros associados a produzir. Segundo a presidente da associação, Helena Aparecida, existem muitas famílias do assentamento na fila para entrar no grupo, devido ao sucesso do Programa. Vale lembrar que esse assentamento trabalha apenas com a venda de alimentos, em específico, legumes e hortaliças.

Outro grupo visitado para a pesquisa foi da Furna São José. Neste a Associação tem um número menor de famílias, e é formada apenas por mulheres. São sete pessoas que se reúnem uma vez por semana na sede, onde fica a cozinha e onde são produzidos os pães e bolachas que derivam do extrativismo do Cumbaru, árvore típica da região e que serve de matéria-prima para quase todos os produtos da Associação, em especial a farinha. A associação formada por essas sete mulheres se chama “Amigas do Cerrado”, elas fazem parte do PAA desde 2011.

Figura 2 – Castanha de Cumbaru como alternativa de renda no Assentamento Facão – Cáceres/MT



Fonte: Talita Sgobi Martins (2011).

Os questionários aplicados junto às famílias seguem o padrão do IBGE, porém adaptados a questões da vida no campo, em especial, nos projetos de assentamento.

A tabela 1 mostra os principais produtos vendidos pelas duas Associações, quantidade e valores pagos.

Tabela 1 – Produção vendida ao PAA em 2012

NATUREZA VIVA			AMIGAS DO CERRADO		
Produto	Quantidade	Valor	Produto	Quantidade	Valor
Alface	250 maços	R\$ 3,00 K	Pão	75 K	R\$ 6,50
Almeirão	250 maços	R\$ 3,00 K	Bolacha	56 K	R\$ 6,50
Abobora	275 K	R\$ 1,35 K	Castanha (salgada)	100g	R\$ 4,00
Banana	296 K	R\$ 1,85 K	Licor	300 ml	R\$ 12,00
Cebolinha	250 maços	R\$ 3,50 K	Farinha	250 g	R\$ 10,00
Feijão	70 K	R\$ 2,40 K	Bombom	300 unidades	R\$ 0,25
Mandioca	600 K	R\$ 0,90 K			
Milho	820 K	R\$ 1,65 K			
Rúcula	250 maços	R\$ 3,00 K			

Org.: SILVA JUNIOR, J. A. L., 2013.

Percebe-se que os produtos comercializados pelo PAA são básicos da alimentação diária das famílias. Os valores pagos condizem com o do mercado regional, apesar das famílias serem totalmente a favor da melhoria do preço das mercadorias como forma de valorização da qualidade dos produtos.

O destino das mercadorias desse projeto é definido pela prefeitura de Cáceres, sendo os locais selecionados conforme maior necessidade. A Associação Natureza Viva do assentamento Flor do Ipê tem seus produtos direcionados para a APAE, Hospital Bom Samaritano, Escola Laranjeira e a Secretaria de Ação Social.

Como o grupo “Amigas do Cerrado” produz alimentos feitos no dia da entrega, e que são perecíveis, o local de destino é definido tendo em vista esta especificidade. Normalmente os destinos são escolas públicas, APAE e projetos sociais.

Quando se perguntou sobre a importância de participar do PAA, a maior parte dos associados deu respostas diversificadas - vejamos a seguir:

Tabela 2 – Importância do PAA para os associados

NATUREZA VIVA	AMIGAS DO CERRADO
1. Bom porque além de matar a fome das entidades, ganhamos um dinheirinho.	1. Adquirir conhecimento, valor nutricional dos alimentos, renda.
2. A renda familiar da comercialização do alimento, o projeto vem ajudar a gente no pouco que a gente produz.	2. Bom, gera renda para a gente, lucro.
3. É um lucro a mais e entregar para as pessoas carentes.	3. Contribuindo em casa com a renda, Incentivos aos assentados saírem da dificuldade
4. Fico contente com a entrega para as pessoas.	4. É bom pra gente porque é uma rendinha, pouca, e a gente se reúne.
5. Pra mim é muito bom, gosto demais, nada contra, só de estar nas reuniões é bom demais.	5. Ajuda na renda, localização dentro do assentamento, espaço para as mulheres de diálogo.
6. Beneficia as duas partes. Garante a produtividade e a alimentação do beneficiário.	6. Ajuda muito os dois lados; tem a amizade. Evamos para fora do assentamento.
7. Eu entrei porque aqui não tem benefício de nada, perde tanta fruta, já serve o pouco que a	

gente vende.	
--------------	--

Org.: SILVA JUNIOR, J. A. L., 2013

Percebe-se, a partir dos relatos, que a importância de participar no PAA está relacionada ao aumento da renda e as relações de amizade/solidariedade que se estabelecem entre as famílias participantes. Além disso, observa-se também a preocupação das famílias em entregar alimentos e produtos de qualidade para as entidades, uma vez que eles sabem das necessidades das pessoas que recebem as mercadorias, até mesmo, pelo fato de já terem passado por momentos de dificuldade na época da luta pela terra.

A renda gerada pela comercialização dos produtos no PAA tem grande peso no orçamento familiar, pois se percebe que a maioria das famílias utiliza para permanência na terra, ou seja, no dia-a-dia da vida no campo. Tal afirmação pode ser comprovada na tabela 03 que mostra a importância para a reprodução familiar dessa renda oriunda das vendas ao PAA.

Tabela 3 – Importância da renda do PAA para as famílias

NATUREZA VIVA	AMIGAS DO CERRADO
1. Mais da metade do orçamento familiar vem da renda do PAA	1. Bom, cada renda a mais para a gente é lucro.
2. Excelente, pois se não fosse o projeto a família teria mais dificuldade por causa da fiscalização.	2. Melhora o custo de vida: comer, vestir e passear.
3. Bastante coisa, comprar outras coisas fora do salário.	3. É uma ajuda a mais porque não conseguimos levar nada pra feira, aí isso ajuda.
4. Bom, ajuda bem.	4. É muito bom, para algumas é a única renda.
5. Muita coisa, porque ajuda a sobreviver.	5. Ajuda que complementa a renda.
6. Uma renda a mais, a renda pequena, mas já é uma renda.	6. Lucro muito bom, ajuda no que precisa: remédio, conta de luz. Tem tempo que colhe e que não colhe, então nossa união ajuda.
7. É muito importante.	

Org.: SILVA JUNIOR, J. A. L., 2013

Portanto, nota-se nas respostas qualitativas o peso complementar que o PAA tem no orçamento das famílias, por isso não abrem mão de participarem porque o dinheiro conquistado representa boa parte do orçamento no final do mês. Ressaltam também o caráter social da terra, pois esse dinheiro foi conquistado através dos produtos do assentamento, do seu próprio lote e que para eles é muito importante.

Sobre os pontos positivos e os que devem melhorar no PAA - as famílias não indicaram pontos negativos, mas, sim, aspectos a serem melhorados, percebe-se na tabela 04 a satisfação das famílias com o projeto. Ou seja, se sentem felizes em ajudar as pessoas que vivem nas cidades e que estão em situação de risco alimentar; gostam de estar em união dentro do assentamento e a renda obtida contribui de forma decisiva na reprodução familiar.

Tabela 4 – Pontos positivos e que devem melhorar no projeto

NATUREZA VIVA	AMIGAS DO CERRADO
PONTOS POSITIVOS	

Estudos Geográficos, Rio Claro, 12(2): 145-158, jul./dez. 2014 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

1. Aproveitamento maior das frutas; dinheiro a mais e ajuda a quem não tem nada.	1. Renda. É muito bom estar ali (aprender), amizade.
2. Todos os aspectos são positivos.	2. Recurso a mais. União com os vizinhos e outros assentados e assentamentos.
3. Tudo de bom. Entregar os produtos; segurança de venda dos produtos; lugar certo de entrega.	3. Conversas para fazer os pães, um dinheirinho que entra.
4. Ajudar as pessoas que precisam e receber orientação, o que as pessoas passam para as outras.	4. É muito bom, aprendizado.
5. Pra ajudar e gosto de me comunicar com os outros associados.	5. Viagem pagas, conhecimento.
6. Fortalecimento da produção; segurança alimentar de quem recebe os alimentos.	6. Sair para vender. Mais alegria (amizade); Reforma da cozinha.
7. Orientação e a recompensa de algumas coisas que agente entrega.	

PONTOS QUE DEVEM MELHORAR	
1. Transporte.	1. Transporte.
2. Dificuldade com transporte, quando a prefeitura não fornece agente tem que pagar frete.	2. Valor maior dos produtos; aumentar a cota de entrega.
3. O valor das mercadorias.	3. Não tem aspecto para melhorar.
4. Transporte, valorizar as mercadorias e mais incentivos.	4. Divulgação e apresentação em outros lugares da região.
5. Nada. Até hoje não houve pontos negativos.	5. Divulgação maior dos produtos da Associação.
6. Local para trabalhar, uma agroindústria para melhorar a qualidade dos alimentos, transporte, embalagem e valor.	6. Transporte da produção (falta transporte), governo pagar para levar. Melhorar os preços pagos.
7. Distância para levar; compra de carro para levar os produtos.	

Org.: SILVA JUNIOR, J. A. L., 2013

Os pontos a serem melhorados incidem sobre transporte e aspectos que envolvem o assentamento que se localiza em uma região de vale cercado por serras, alguns lotes não tem acesso à água por estarem em regiões rochosas que não tem possibilidade de instalar poços. Pedem alguns incentivos de órgãos públicos para transporte, aumento dos preços pagos ao produtor e instalações que podem melhorar a qualidade dos produtos - o que acreditam acarretaria no aumento do valor.

Em relação à contribuição do PAA na qualidade de vida das famílias que integram o programa, observa-se nos relatos (tabela 05) que as famílias relacionam a renda conquistada da produção vendida para o programa com a melhoria da qualidade de vida. Mas não é apenas isso, apontam que as melhorias vão além do econômico, são também sociais, pois para grande parte delas o conhecimento adquirido, as relações estabelecidas no grupo e com a comunidade externa, são pontos fundamentais.

Para as famílias, apesar da renda do projeto ser baixa, elas estão satisfeitas com o reconhecimento do seu trabalho e também por estar ajudando quem precisa, contribuindo com a alimentação saudável de muitas famílias que residem na cidade.

Tabela 5 – Aspectos que melhoraram na vida das famílias após venda ao PAA

NATUREZA VIVA	AMIGAS DO CERRADO
1. Sim, no conhecimento, oportunidades de aprendizado.	1. Melhorou. Pagar contas; comprar ração para as galinhas.
2. Sim, viver melhor, comprar mais e ajudar os filhos.	2. Sim, na compra de bens materiais e na saúde. Amizade com os moradores do assentamento.
3. Sim, com o dinheiro para pagar as contas, tratamento de saúde, comprar um remédio.	3. Sim, no trabalho (menos dias na roça) e financeiro, fazer a alimentação para comer no lote mesmo.
4. Bastante, todos os sentidos, condições de comprar as coisas para produzir no lote, manutenção do lote.	4. Sim, alimentação melhor (produtos saudáveis), orçamento da família.
5. Sim, melhorou tudo. Pois onde morávamos havia desperdício de frutas porque não havia consumidor. E agora posso ajudar alguém a comer melhor.	5. Sim, renda e conhecimento.
6. Sim, melhorou mais a alimentação e o poder de comprar as coisas dentro de casa.	6. Sim, porque são recursos que agrega na renda mensal.
7. Sim, eu tinha dificuldade de conversar e de entender as coisas e hoje eu falo mais que o homem da cobra.	

Org.: SILVA JUNIOR, J. A. L., 2013

Cabe destacar que essa pesquisa também está relacionada com a soberania alimentar das famílias do assentamento, pode-se constatar durante as entrevistas com perguntas diretas relacionadas à fome no lote, que nenhuma família denunciou problemas relacionados à falta de alimentos nas refeições diárias. Pelo contrário, os relatos indicam fartura na mesa de muitas famílias, isso significa que a vida no campo tem proporcionado às famílias alimentação saudável e com produtos diversificados, o que contribui para a soberania alimentar e também para a saúde destas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que a luta pela terra possui dois momentos marcantes: o primeiro, é quando as famílias sem terras se organizam para conquistar um pedaço de terra, via ocupações, acampamentos e manifestações; outro, se faz na luta de resistência para a manutenção e permanência na terra conquistada.

A manutenção e permanência na terra dependem da conquista de recursos que garantam a reprodução econômica das pessoas no lote e que, de certa forma, relaciona-se com a comercialização dos produtos e alimentos fruto do trabalho na terra. Para isso foi necessário a conquista de uma política pública que garantisse a comercialização desses produtos. Nesse sentido, o governo lançou, em 2013, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), programa desenvolvido com recursos do MDA/MDS e que tem finalidade de atender as entidades carentes e garantir estoques reguladores de alimentos.

A pesquisa se concentrou no município de Cáceres–MT, em particular, no assentamento Facão pelo desempenho exitoso que as famílias associadas têm apresentado nos últimos anos no que se refere a vendas ao PAA.

Contatou-se que as famílias participantes das associações, que vendem ao PAA, se sentem satisfeitas tanto pela renda obtida, que garante sobrevivência com dignidade e melhorias no lote, como pelo papel que representam como fornecedoras de alimentos à cidade. Ressalta-se com isso a importância e o caráter social do PAA ao contribuir numa via dupla: de um lado, permite permanência das famílias produtoras, de outro, redistribui comida para populações urbanas com necessidades alimentares firmando um pacto local rural-urbano que é a base da soberania alimentar.

La Soberanía Alimentaria da prioridad a las economías locales y a los mercados locales y nacionales, otorga el poder a los campesinos y a la agricultura familiar, la pesca artesanal y el pastoreo tradicional, y coloca la producción alimentaria, la distribución y el consumo sobre la base de la sustentabilidad ambiental, social y económica. La Soberanía Alimentaria promueve el comercio transparente, que garantiza ingresos dignos para todos los pueblos, y los derechos de los consumidores para controlar su propia alimentación y nutrición. Garantiza que los derechos de acceso y la gestión de nuestra tierra, de nuestros territorios, nuestras aguas, nuestras semillas, nuestro ganado y la biodiversidad, estén en manos de aquellos que producen los alimentos. La Soberanía Alimentaria supone nuevas relaciones sociales libres de opresión y desigualdades entre los hombres y mujeres, pueblos, grupos étnicos, clases sociales y generaciones. (<http://www.foodsovereignty.org/FOOTER/Highlights.aspx> apud ROSSET, MARTINEZ-TORRES, 2012, p. 04)

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; KUDLAVICZ, Mieczslau. A potencialidade da pequena unidade de produção em Mato Grosso do Sul: os censos agropecuários 1995/96 e 2006 em debate. In: FAISTING, André Luiz; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Direitos Humanos, Diversidade e Movimentos Sociais: um diálogo necessário**. Dourados: UFGD, 2011. p. 45-66.

ALMEIDA, Rosemeire A. A questão agrária na contemporaneidade e os desafios do movimento camponês no Brasil. In: Semana de Geografia da Unemat, 9. (SEMAGEO), 2008, Cáceres/MT. **Anais**. Cáceres/MT: Unemat, 2008. p.17-37. CD-ROM. ISBN 978-85-89898-88-1.

ALMEIDA, Rosemeire A. (*et al*). **A composição de renda nos assentamentos de reforma agrária na microrregião de Três Lagoas/MS**: análise das atividades agrícolas e não-agrícolas. Três Lagoas, 2007. (Relatório de Pesquisa).

ALMEIDA, Rosemeire A. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção**: a luta pela terra e o habitus de classe. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

BERGAMASCO, Sonia M. Assentamentos Rurais: reorganização do Espaço Produtivo e Processos de Socialização. In: **Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. 308p.

Estudos Geográficos, Rio Claro, 12(2): 145-158, jul./dez. 2014 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

BERGAMASCO, Sônia M.; NORDER, Luis A. Cabello. **O que são Assentamentos Rurais**. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 1996.

CAVALLI, Ana Cláudia Garabeli, KLUTHCOVSKY, Angela Maria Magosso. Qualidade de Vida – Aspectos Conceituais. **Revista Salus**. Guarapuava-PR. jan./jun. 2007; 1(1): 13-15.

CYNTRÃO, F. M. C. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma comparação entre dois Estados do Brasil**. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2008, 80 p. Dissertação de Mestrado.

COSTA, Rogério de Oliveira. **Comunidade Boa Esperança: Aspectos Socioambientais Ligados a Agricultura Familiar Camponesa, um Estudo de caso na Microbacia Facão**. Cáceres- MT. Dissertação. Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FABRINI, João Edmilson; MARCOS, Valéria de. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2010.

FIALHO, Gláucia de Oliveira. **As Estratégias para Permanecer na Terra: os assentados do projeto Estrela da Ilha em Ilha Solteira/SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas/MS, 2012.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde S. (*et al.*). **Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: UNESP, 2004.

MARQUES, Marta I.M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: Um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, Eliane T., FABRINI, João E. (Orgs.) **Campesinato. Território em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 49-78.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Quadro dos assentamentos**. Brasília, novembro de 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura familiar no Brasil e Censo Agropecuário 2006**. Brasília: MDA 2009a.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar/PAA**. Brasília: ASCOM/MDS-MDA/AGOSTO 2009b.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação) em Cáceres (MT), quem produz qualidade, pode distribuir qualidade. In: **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar/PAA**. Brasília: ASCOM/MDS-MDA/AGOSTO 2009c.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Manual de Orientação Ao Proponente**. PAA/Programa de Aquisição de Alimentos: Compra Direta Local da Agricultura Familiar. Fome Zero, MDS/MDA, Nov.2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

PINHEIRO, Maria Iracema de Arruda, SILVA, Tânia Paula. **Agricultura Camponesa em Cáceres, MT: análise do assentamento Facão, Comunidade Bom Jardim**. Anais 3º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal, Cáceres, MT, 16-20 de outubro 2010. Embrapa Informática Agropecuária/INPE, p. 533 -544.

ROCHA, Silvana Cipriano da. **Visibilidade do Trabalho Feminino no Grupo Natureza Viva do Projeto de Assentamento Facão Bom Jardim no Município de Cáceres—MT**. Monografia no Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo CAMOSC, da Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus de Cáceres, 2010.

ROSSET, Peter M., MARTINEZ-TORRES, Maria Elena. Movimientos Sociales Rurales y Agroecología: Contexto, Teoría y Proceso. Traducción de: Rosset, P. M., and M. E. Martinez - Torres. 2012. Rural Social Movements and Agroecology: Context, Theory, and Process. **Ecology and Society** 17 (3): 17. <http://dx.doi.org/10.5751/ES--05000--170317> (Traducido por Viviana Tipiani).

Artigo submetido em: 03/09/2014

Aceito para publicação em: 01/04/2015

Publicado em: 22/04/2015